



XII Congresso
Fluminense
de Iniciação Científica
e Tecnológica

V Congresso
Fluminense
de Pós-Graduação

Ciência para o Desenvolvimento Sustentável

A Judicialização da Educação em Campos dos Goytacazes

Júlia Passos Manzoli, Renata Maldonado

O projeto busca problematizar o processo de judicialização enquanto instrumento de efetivação do direito social à educação no município de Campos dos Goytacazes. Para isso, é necessário compreender quais são as implicações práticas da enunciação da educação como um direito social na Constituição Federal de 1988, assim como conhecer os limites para a atuação jurisdicional como instrumento de materialização desse direito. O reconhecimento do direito social à educação implica na obrigação do Estado em ofertar um ensino de qualidade a todos os cidadãos, e seu caráter fundamental inclui um processo de desenvolvimento individual próprio à condição humana. Por se tratar de um direito transindividual, pode ser requerido através de ações coletivas, o que confere maior segurança jurídica. Com relação a escolaridade, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996 (LDB) reservou sua obrigatoriedade, inicialmente, ao ensino fundamental, com a progressiva extensão do ensino médio. Contudo, a partir da promulgação da Emenda Constitucional nº 59/2009 (EC 59), a obrigatoriedade foi estendida para a educação básica dos 4 aos 17 anos, incluindo a segunda etapa da educação infantil (pré-escolar) e o ensino médio, o que foi reforçado pela entrada em vigor da lei nº 12.796 de 2013, que causou alterações na LDB. Diante dessas obrigações atribuídas ao Estado pela Constituição, bem como pela natureza social do direito à educação e sua previsão de aplicabilidade imediata, surge a possibilidade de judicialização, que segundo Cury e Ferreira (2010, p. 81) ocorre “quando aspectos relacionados ao direito à educação passam a ser objeto de análise e julgamento pelo poder judiciário”. Tendo em vista as garantias constitucionais que permitem a exigência do direito à educação ao Poder Público, o projeto tem por objetivo realizar um levantamento das ações judiciais no município de Campos dos Goytacazes. Pretende-se verificar quais são as principais demandas no âmbito da educação, assim como identificar qual é a interpretação dos juízes acerca da legislação educacional por meio de análise jurisprudencial e, ainda, verificar se tais decisões estão dando novos contornos as políticas educacionais do município. O método utilizado será o de análise bibliográfica, documental e de conteúdo, mais especificamente na análise jurisprudencial do sítio eletrônico do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro (TJRJ). Para tanto, foram utilizadas as palavras-chaves “Educação – Campos dos Goytacazes”, com o marco temporal de 2009 a 2020, considerando o início da obrigatoriedade da educação infantil, o que gerou 212 resultados, que serão todos objetos da análise.